

# Refletindo sobre conscientização com base em Paulo Freire<sup>1</sup>

*Jerônimo Sartori\**

*Elizabeth Diefenthaler Krahe\*\**

Paulo Freire, dedicado às inquietações do meio, anuncia o processo de conscientização como um dos mecanismos “de libertação dos camponeses analfabetos” (p. 8). Prova disso é sua experiência desenvolvida no Brasil de 1962 a 1964 e, no Chile, a partir de 1965, durante parte de seu exílio. Inicialmente, Freire aborda questões de ordem pessoal, seguidas de ações no Brasil e no Chile, relatando a elaboração e a aplicação do método alfabetização-conscientização, que desafia a capacidade criadora do homem e as possibilidades de sair do estado de alienação. Por último, aponta a “educação como prática da liberdade” (p. 10).

A preocupação de Freire com a educação origina-se a partir de seu casamento com Elza, que era professora primária. Isso fez com que mais tarde ele abandonasse a área do direito para dedicar-se ao método de alfabetização de adultos, iniciado em 1961 por meio do movimento de Cultura Popular de Recife.

Como mobilização de massas, o movimento de Educação Popular, no Brasil, ocorreu através da organização estudantil, do sindicalismo rural e urbano. O movimento de alfabetização, em 1962, na região Nordeste, inaugurou o processo de construção da consciência para parcela dos 15 milhões de analfabetos, numa população de 25 milhões de habitantes. O resultado da primeira experiência (trezentos alfabetizados em 45 dias) fez com que o governo federal apoiasse a implantação do método, promovendo a alfabetização de adultos nas zonas urbana e rural. Porém, o golpe de estado de 1964 pôs fim ao Movimento de Educa-

\* Doutorando junto ao PPG da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor da Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo.

\*\* Professora-doutora do PPG da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Resenha baseada no livro: FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102p.

ção Popular, levando Freire à prisão e ao exílio no Chile.

Apesar das forças reacionárias à democratização da cultura e à pedagogia da liberdade, sementes da formação da consciência foram lançadas, fazendo com que aos poucos fossem emergindo novas formas de organização popular e a evolução do juízo crítico, contrapondo-se aos ditames do autoritarismo e da arbitrariedade. A meta de Freire de alfabetizar as massas e favorecer a libertação dos “fora-da-história”, o que provocava nos políticos populistas o entendimento de uma ação de rebeldia, de subversão da ordem estabelecida pelos dominantes, que poderia produzir um choque eleitoral, retirando o poder das mãos de setores tradicionais.

No Chile, o método Freire foi adotado a partir de 1965, para reduzir o analfabetismo. Para isso, criou-se o Escritório de Planejamento para a Educação de Adultos, coordenado por Waldoms Cortês, que implantou o método Freire considerado subversivo no Brasil. No início, o programa contava com a ação de coordenadores voluntários; posteriormente, para garantir qualidade, estabilidade, consciência, o trabalho passou a ser remunerado. O autor destaca que o Escritório de Planejamento para a Educação de Adultos não se ocupou apenas da alfabetização dos adultos, mas do conjunto de programas que permitiam aos menos escolarizados superarem sua inferioridade através da continuidade dos estudos.

Para o autor, o vocábulo “conscientização” exprime suas idéias acerca da educação, considerando a profundidade de seu significado, uma vez que a educação como prática da liberdade constitui ato de conhecimento e de aproximação crítica da realidade. De acordo com Freire, a conscientização ocorre quando se chega à apreensão crítica da realidade; quando essa realidade se torna objeto cognoscível, na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização não se dá fora da “práxis”, sem o ato ação-reflexão, mas na unidade dialética, que permite transformar o mundo que caracteriza os homens. Desse modo, Freire enfatiza que a conscientização se dá na relação consciência-mundo. O autor ressalta também que conscientização é processo contínuo que incita à utopia. Nesse sentido, são citados Marx e Guevara como utópicos, por serem portadores da esperança e do compromisso radical com a transformação da realidade social.

Conforme Freire, o olhar crítico à realidade possibilita o seu desvelamento para conhecê-la, desmitologizá-la, retirá-la do comando da estrutura dominante. O movimento indica as posições contraditórias vivenciadas pelo homem, pois, enquanto alguns batalham para modificar o mundo, outros lutam para mantê-lo. Nesse processo, criam-se mitos, contudo o trabalho humano implica, sempre, transformação da realidade e libertação dos homens.

Ao discutir as situações-limite, Freire refere que pessoas são servidas por essas situações, ao passo que outras são desfavorecidas. Desse modo, uma situação-limite que ameaça o *status quo* deve ser impedida, enquanto o seu reverso, a dominação, deve ser fortalecido. Portanto, a busca da libertação corresponde à problematização das situações que promovem a opressão e a desumanização, via temáticas significativas, ou seja, temas geradores.

A apreensão da realidade, desse modo, permite ao homem a codificação, que se traduz na representação da situação existencial, facilitando a decodificação. No processo de decodificação, o homem manifesta sua visão de mundo (fatalista, estático, dinâmico), o que lhe permite eleger temas geradores, que, por sua vez, possibilitam-lhe agir ativamente na exploração da realidade. De acordo com o autor, “a procura da temática implica na procura do pensamento dos homens” (p. 33), pois, numa concepção crítica de educação, a investigação temática assume a condição de processo como desafio ao caráter reflexivo da atuação.

Para concretizar uma concepção crítica de educação, o autor indica seis idéias-força:

1. Toda a ação educativa necessita de uma reflexão sobre o homem que se quer educar e uma análise do seu meio de vida, para não reduzi-lo à objeto, pois a vocação ontológica do homem é ser sujeito.
2. O homem chega a sujeito pela reflexão sobre sua situação e seu ambiente, surgindo daí o

compromisso de intervir na realidade para mudá-la.

3. O homem, ao integrar-se ao seu contexto, reflete, compromete-se, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito, pois a) só o homem reconhece que existem realidades que lhes são exteriores e b) o homem chega a ser sujeito por meio das relações, da capacidade de discernir, de descobrir-se frente à realidade.
4. O homem cria cultura à medida que, ao integrar-se nas condições de seu contexto, reflete sobre elas e encontra respostas aos desafios.
5. O homem é “fazedor” da história, pois, à medida que cria e decide, épocas se formam e se reformam.
6. A educação, em seu conteúdo, seus programas e seus métodos, necessita estar adaptada ao fim que persegue, permitindo ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.

O autor foge dos métodos de alfabetização mecânicos, enfatizando os compatíveis com as experiências do trabalhador. A alfabetização é vista como ato de criação, no qual o homem, que não é passivo, nem objeto, pode desenvolver a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção. Para isso, Freire propõe uma metodologia como instrumento, tanto do educando como do educador, indicando para tal as seguintes fases:

- 1ª fase: “descoberta do universo vocabular”, isto é, de palavras carregadas de sentido existencial e emocional, pois as palavras geradoras surgem dos contatos, que revelam ansiedade, frustração, desconfiança, esperança, força, participação;
- 2ª fase: seleção de palavras, dentro do universo vocabular, com base nos seguintes critérios: a) riqueza silábica; b) dificuldades fonéticas; c) conteúdo prático;
- 3ª fase: “criação de situações existenciais típicas do grupo com o qual se trabalha”, ou seja, situações codificadas para serem decodificadas;
- 4ª fase: “elaboração de fichas indicadoras que ajudam os coordenadores [...] em seu trabalho”;
- 5ª fase: “elaboração de fichas nas quais aparecem as famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras”.

Dessa forma, Freire ressalta que os atos concretos da alfabetização se estruturam pela visualização da palavra geradora, não pela sua memorização. Após essa etapa, visualizam-se as famílias silábicas que compõem as palavras em estudo.

Em vista disso, o exercício oral produz conhecimento e reconhecimento e, desde o primeiro dia, o aluno é iniciado na escrita e na descoberta das combinações fonéticas. Para o autor, as palavras de pensamento são aquelas que têm significado, que possibilitam a politização do homem, ao passo que as palavras mortas são as que se

apresentam sem significado. Nesse sentido, no Brasil buscou-se associar símbolos a palavras na perspectiva de desenvolver a consciência, de desafiar os analfabetos a redescobrirem e associarem para apreender.

Na concepção de Freire, a liberdade é a matriz que dá sentido à educação, na qual os educandos tomam parte da sua própria educação de maneira livre e crítica. Dessa forma, considera que alfabetização e conscientização são inseparáveis. Nesse caso, a alfabetização tem como ponto de partida o homem brasileiro iletrado – homem do povo –, utilizando o método ativo e do diálogo para torná-lo alfabetizado.

Na visão do autor, ao buscar a liberdade, os oprimidos tendem a se tornar opressores ou “subopressores”, pelo fato de que, pelo modelo de humanidade vivenciado, optam pela atitude de adesão em relação ao ato de seu opressor. Assim, o “opressor não é solidário com os oprimidos”, por tratá-lo de forma injusta. Já que a solidariedade consiste num ato de amor, principalmente, quando considera o homem um ser livre.

A contradição opressor-oprimido, segundo Freire, só será resolvida com o surgimento de um “homem novo: nem opressor, nem oprimido, mas em fase de libertação” (p. 59), pois não se chegará à plenitude dos seres humanos pela simples mudança dos pólos. A mudança revolucionária consiste em transformar a ordem injusta, confiando nos homens e em suas ações. O desprezo, por sua vez, é uma característica que o oprimido tem de si

mesmo, convencendo-se de sua própria incapacidade, aceitando-se como improdutivo, débil, preguiçoso. Para resistir a isso, é preciso que o oprimido recupere a confiança em si mesmo.

As mudanças podem ocorrer por mecanismos de decisão situados fora da sociedade ou internos a ela, que consiste em ser sociedade-objeto e sociedade-sujeito, respectivamente. Nesse sentido, o autor relaciona o conceito de desenvolvimento ao “processo de libertação das sociedades dependentes, enquanto a ação modernizante caracteriza a situação concreta de dependência” (p. 62). Por isso, o fenômeno do subdesenvolvimento é consequência da dependência, considerando-se que desenvolvimento-libertação, no caso do Brasil, é uma “possibilidade não-experimentada”, portanto uma “situação-limite” a ser vencida.

Na compreensão dos níveis de consciência, é preciso considerar a realidade histórico-cultural, chamada de “cultura do silêncio”, como a expressão superestrutural que condiciona a consciência, pois “a cultura do silêncio ‘sobredetermina’ a infra-estrutura de onde brota” (p. 63). Pode-se sintetizar que a cultura do silêncio é o resultado de relações estruturais entre os dominados e o dominador, “a metrópole fala e a sociedade dependente escuta” (p. 65).

O grau de dependência das sociedades latino-americanas deve-se a sua estrutura social hierárquica fechada e rígida e, também, à falta de mercados internos, em razão de sua economia ser controlada externamente. Essa

dependência agudiza-se também pela exportação de matérias-primas e importação de manufaturados, pelo sistema precário e seletivo de educação, pelas altas taxas de analfabetismo e doenças causadas pelo subdesenvolvimento, pelo alto índice de mortalidade infantil, pela desnutrição, pela elevada taxa de criminalidade.

Freire denomina esse tipo de consciência de “semi-intransitiva”, por não conseguir se distanciar suficientemente da realidade para objetivá-la e conhecê-la de forma crítica. Assim, pode-se afirmar que a “semi-intransitividade é uma espécie de inutilização, imposta pelas condições objetivas” (p. 67).

Por outro lado, no decorrer do processo histórico, as massas vão pressionando a elite no poder pela emergência da consciência popular, gerando um novo estilo de vida política – processo em transição. O aparecimento da consciência popular como uma forma de superar a “cultura do silêncio” faz emergir a consciência “transitiva” disposta a perceber sua existência ambígua nas condições objetivas da sociedade, imprimindo um novo dinamismo às dimensões da vida social. Inicia-se, dessa forma, o desmascaramento das elites pela percepção das contradições, dos conflitos, da aceitação de esquemas pré-fabricados e importados. Aniquilam-se, também, as lideranças populistas, que manipulavam as massas.

Conforme o autor, a percepção não estrutural do analfabetismo revela uma visão errônea dos analfabetos,

como indivíduos marginalizados. Essa marginalidade, no entanto, não é uma opção, mas a exclusão do sistema social, concretizada como uma forma de violência. Sem dúvida, os analfabetos são homens oprimidos no interior da estrutura social, que precisam de libertação de sua alienação e de sua dependência.

Paulo Freire, na tentativa de superação do analfabetismo e da construção da consciência dos analfabetos, propõe uma nova relação pedagógica pelo viés da pedagogia do oprimido, isto é, de uma pedagogia capaz de tirar o homem da opressão, uma pedagogia que possibilite a sua conscientização como prática social. Para ele, a antropologia exige uma política com vistas a ajudar na libertação do homem, uma vez que a dominação se serve da ciência oficial. Reconhece, também, que a ciência oficial, por impor sua vontade, proclama-se como neutra – detentora da verdade.

Ao analisar as relações professor-aluno, Freire conclui que seu caráter é essencialmente narrativo, visto que o professor desempenha o papel de sujeito narrador e o aluno só escuta. Embora bem-intencionada, a ação bancária do professor não imprime sentido humanista e revolucionário, que viabilize o pensamento crítico e a humanização do homem. Segundo Freire, a educação crítica se refaz continuamente pela práxis; por isso, a problematização fundamenta a criatividade e a ação-reflexão. O diálogo é a possibilidade de os homens encontrarem seu significado; é uma necessida-

de existencial que requer amor como seu fundamento, pois o diálogo não ocorre numa relação de dominação.

Ao tratar da ação política, refere-se em favor dos oprimidos, precisando ser uma ação pedagógica em seu verdadeiro sentido, ou seja, uma ação com os oprimidos. Já a ação libertadora necessita considerar que a dependência é um ponto frágil, mas que a independência pode ser gerada por meio da reflexão e da ação.

O autor aponta, ainda, que pensamento e linguagem constituem o todo, referem-se à realidade do sujeito pensante, gerando-se na relação dialética entre sujeito e realidade cultural e histórica. Os processos culturais alienados, por sua vez, caracterizam as sociedades dependentes, indicando que “o homem alienado é um homem nostálgico” (p. 87). Em vista disso, a imitação consiste em internalizar modelos de dominação por intermédio da interiorização de valores dominadores, que se constituem com poder de condicionamento.

“A ação cultural para a liberdade se caracteriza pelo diálogo” (p. 91), que tem por finalidade a conscientização das massas, a sua libertação. Por outro lado, a ação cultural para a dominação caracteriza-se por não ser dialógica, por insistir na domesticação. O autor finaliza reforçando que a ação cultural para a liberdade se empreende contra a elite dominadora e que a revolução cultural se desenvolve em harmonia com o regime revolucionário, mas não se subordina a ele, já que a liberdade é sua principal finalidade.

As idéias de Freire nessa obra instigam-nos a levá-las para o campo da educação, enquanto espaço de produção da consciência. Ao dialogar com esse texto, percebemos quão pouco se evoluiu no processo de conscientização das massas, enquanto possibilidade de confrontar a realidade com a orientação ideológica que a produziu, pois o método indicado pelo autor data já da década de 60. Inegavelmente, é necessário ressignificar o fazer da/na escola, cabendo a ela não só o papel de ensinar, mas, também, o de questionar acerca do quê ensinar, de por que ensinar e como ensinar. Por conseguinte, acreditamos no método de alfabetização proposto por Freire em razão da postura explícita em relação à implementação de um processo de escolarização que prima pela compreensão da realidade, pelo compromisso social com a mudança, adotando como mecanismo de intervenção o conhecimento.

Isso implica uma relação horizontal entre educador-educando, uma vez que, de acordo com Freire, além de o homem situar-se num espaço-tempo, é inerente a ele a “vocação de ser sujeito” (p. 34). Por isso, o processo educativo escolar necessita auxiliar o ser humano a tornar-se sujeito, estabelecendo contrapontos com os fatos diários que lhe permitam ler e reler o contexto social em que está inserido. Cremos que, à medida que o sujeito se engaja em seu contexto, refletindo sobre ele, pode assumir-se como protagonista da superação da relação sujeito-objeto,

institucionalizando a relação sujeito/sujeito.

Entendemos mais: que o agir que visa à “libertação do oprimido” tem de se dar na perspectiva de que os próprios oprimidos necessitam compreender os mecanismos que os colocam nessa condição. Portanto, compreender que a realidade social é uma construção do ser humano, não um fenômeno natural, é imprescindível à busca de ferramentas para transformá-la.

A educação, enquanto “ação política como prática da liberdade”, não pode ser desenvolvida descolada da realidade dos sujeitos que a constituem, tampouco, por meio de práticas narrativas, práticas da “educação bancária”, que reforçam as contradições na sociedade de classes. De outro modo, Freire refere a “educação problematizadora” como contraponto à “educação bancária”, que se refaz pela práxis, isto é, parte da relação homem-mundo, em que “o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial” (p. 82-83).

Sem a pretensão de esgotar a reflexão crítica a respeito do conteúdo da obra, nossas leituras de mundo e nossas experiências no campo educacional possibilitam-nos afirmar que a metodologia indicada pelo autor, se implementada na escola, sem dúvida, poderá representar um avanço necessário à percepção e à apreensão da estrutura que desumaniza, marginaliza, exclui o ser humano. Ao as-

sumir essa consciência, o homem terá condições de assumir uma atitude de oposição à dominação, fortalecendo a construção de relações democráticas pela via do diálogo, da participação, do conhecimento, da interação sujeito-sujeito e sujeito-meio. Dessa forma, a incompletude do ser humano lhe dá a possibilidade concreta de tornar-se uma “entidade consciente”, criando e recriando novas modalidades de ver, de ser, de agir.